

21/08/2014

PLENÁRIO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 596.962 MATO GROSSO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: CÉLIA MARIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA</b>

**EMENTA**

**Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Direito Administrativo e Constitucional. Mandado de segurança. Pretendida extensão a servidora inativa de gratificação atribuída a professores em efetivo exercício da docência na rede pública estadual de ensino. Possibilidade de extensão da verba aos servidores inativos, por ser ela dotada de caráter geral. Inteligência do art. 40, § 8º, da Constituição Federal. Precedentes do Supremo Tribunal Federal aplicáveis ao caso. Fixação das teses. Recurso não provido.**

1. A Verba de Incentivo de Aprimoramento à Docência, instituída pela LC nº 159, de 18/3/04, do Estado de Mato Grosso, constitui vantagem remuneratória concedida indistintamente aos professores ativos, sendo, portanto, extensível aos professores inativos e pensionistas, nos termos do art. 40, § 8º, da CF.

2. A recorrida, na condição de professora aposentada antes da EC nº 41/2003, preencheu os requisitos constitucionais para que seja reconhecido o seu direito ao recebimento dessa verba.

3. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

4. Fixação das teses do julgado, para que gerem efeitos **erga omnes** e para que os objetivos da tutela jurisdicional especial alcancem de forma eficiente os seus resultados jurídicos, **nos seguintes termos:**

i) as vantagens remuneratórias legítimas e de caráter geral conferidas a determinada categoria, carreira ou, indistintamente, a servidores públicos, por serem vantagens genéricas, são extensíveis aos

**RE 596962 / MT**

servidores inativos e pensionistas;

ii) nesses casos, a extensão alcança os servidores que tenham ingressado no serviço público antes da publicação das Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003 e se aposentado ou adquirido o direito à aposentadoria antes da EC nº 41/2003;

iii) com relação àqueles servidores que se aposentaram após a EC nº 41/2003, deverão ser observados os requisitos estabelecidos na regra de transição contida no seu art. 7º, em virtude da extinção da paridade integral entre ativos e inativos contida no art. 40, § 8º, da CF para os servidores que ingressaram no serviço público após a publicação da referida emenda;

iv) por fim, com relação aos servidores que ingressaram no serviço público antes da EC nº 41/2003 e se aposentaram ou adquiriram o direito à aposentadoria após a sua edição, é necessário observar a incidência das regras de transição fixadas pela EC nº 47/2005, a qual estabeleceu efeitos retroativos à data de vigência da EC nº 41/2003, conforme decidido nos autos do RE nº 590.260/SP, Plenário, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, julgado em 24/6/09.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos e nos termos do voto do Relator, em negar provimento ao recurso. Vencido o Ministro Marco Aurélio no que diz respeito à fixação de diretrizes.

Brasília, 21 de agosto de 2014.

**MINISTRO DIAS TOFFOLI**  
Relator

**21/08/2014**

**PLENÁRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 596.962 MATO GROSSO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: CÉLIA MARIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Estado de Mato Grosso interpõe recurso extraordinário (fls. 145 a 162) contra acórdão proferido pela Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça daquele Estado, o qual foi assim ementado:

“MANDADO DE SEGURANÇA – VERBA DE INCENTIVO DE APRIMORAMENTO À DOCÊNCIA – SERVIDORES APOSENTADOS – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSEQUENTE ILEGITIMIDADE DE JUÍZO REJEITADAS – ARTIGO 40, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ORDEM CONCEDIDA.

O Secretário de Estado de Administração é parte legítima para figurar no pólo passivo do Mandado de Segurança, quando o ato é praticado pelo Secretário-Adjunto sob a sua delegação.

Ademais em suas informações, o respectivo Secretário veio aos autos e defendeu o ato impugnado, tornando-se, portanto, autoridade coatora por encampação, conforme entendimento pacificado na jurisprudência.

Conforme o art. 96, inciso I, alínea ‘g’ da Constituição Estadual, bem como o artigo 15, inciso I, alínea ‘g’ do Regimento Interno, a competência para processamento e

**RE 596962 / MT**

julgamento de Mandado de Segurança impetrado contra ato do Secretário de Estado de Administração é do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

A norma constitucional, ao trazer de forma expressa a igualdade de tratamento entre os servidores em atividade e os inativos, conferiu a estes verdadeira garantia, proporcionando-lhes o equilíbrio de proventos.

A verba de incentivo de Aprimoramento à Docência apresenta-se em caráter geral, de acordo com o que se extrai do artigo 3º, da Lei Complementar 159/2004, pois não estabelece condição **sine qua non** para sua percepção.

Inteligência do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal[,] que estabelece paridade entre servidores a aposentados e pensionistas, resguardando-se o direito adquirido.

Ordem concedida” (fls. 119/120).

Interpostos embargos de declaração (fls. 146 a 147), esses foram rejeitados (fls. 149 a 153).

Insurge-se o recorrente, no apelo extremo, fundado na alínea a do permissivo constitucional, contra alegada contrariedade aos arts. 5º, inciso XXXVI, e 40, § 8º, da Constituição Federal, bem como ao art. 7º, **caput**, da Emenda Constitucional nº 41/03, em razão de ter sido reconhecido o direito da recorrida em ver agregada a seus proventos de aposentada determinada verba concedida por lei complementar a titulares do cargo de professor que efetivamente estivessem no exercício da docência na rede pública estadual de ensino.

Depois de apresentadas contrarrazões (fls. 167 a 174), o recurso foi admitido na origem (fls. 183/184), subindo os autos a esta Corte.

Submetida a questão ao Plenário Virtual, o assunto foi inscrito como o Tema nº 156 da Gestão de Repercussão Geral do portal do Supremo Tribunal Federal, o qual foi assim ementado:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTADO DE MATO GROSSO. VERBA DE INCENTIVO DE APRIMORAMENTO À DOCÊNCIA. POSSIBILIDADE DE

**RE 596962 / MT**

**EXTENSÃO AOS PROFESSORES INATIVOS. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.”**

Por fim, opinou a douta Procuradoria-Geral da República, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Dr. **Rodrigo Janot Monteiro de Barros**, pelo não provimento do recurso (fls. 210 a 216). Destaco a ementa do parecer:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL CONHECIDA POR AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES SUFICIENTES PARA A RECUSA (RISTF. ART. 324, PARÁGRAFO ÚNICO). ADMINISTRATIVO. VERBA DE INCENTIVO E APRIMORAMENTO À DOCÊNCIA. LC Nº 159, DE 18.3.2004, DO ESTADO DE MATO GROSSO. CARÁTER LEGAL DA VANTAGEM: EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. EC Nº 41, DE 31.12.03, ART. 7º: REGRA DE TRANSIÇÃO. *TEMPUS REGIT ACTUM*.

1. O comando paritário contido no art. 40, § 8º, da CF (na redação da EC nº 20/98) é auto-aplicável (RTJ 157/411; RTJ 152/357; RTJ 150/119; RTJ 152/934) e pressupõe apenas a existência de lei conferindo a vantagem aos servidores em atividade (AI 141.819-AgR, Marco Aurélio, RTJ 142/966; AI 701.734-AgR, Eros Grau, DJe de 06.06.08).

2. O art. 40, § 8º, da CF (redação da EC nº 20/98) não assegura, contudo, a equivalência absoluta entre ativos e inativos. Resguarda, tão somente, a paridade em relação às vantagens e benefícios de caráter genérico, e não em relação aos condicionados ao exercício efetivo de determinada função. Precedentes: RE 191.018, Ilmar Galvão, DJ de 13.02.98; RE 404.278-AgR, Carlos Velloso, DJ de 08.04.05, *inter plures*.

3. A Verba de Incentivo de Aprimoramento à Docência, instituída pela LC nº 159, de 18.03.2004, do Estado de Mato Grosso, não se destina a indenizar o servidor por gastos decorrentes do exercício da função e tampouco depende de condição especial relacionada ao exercício da função – *pro labore faciendo* -, senão às inerentes ao próprio exercício da docência.

**RE 596962 / MT**

Não dispõe a lei instituidora de mecanismos destinados à avaliação do aprimoramento do profissional de educação.

4. Cuida-se de vantagem remuneratória concedida indistintamente aos professores ativos que exerçam suas atividades em sala de aula e não-condicionada ao exercício de qualquer atividade específica, senão a inerente ao próprio exercício da docência. Assim, trata-se de vantagem genérica e, portanto, extensível aos professores inativos e pensionistas.

5. A regra de transição do art. 7º da EC nº 41, de 31.12.2003, em face da extinção da paridade integral entre ativos e inativos contida no art. 40, § 8º, da CF (redação da EC nº 20/98), assegurou aos servidores aposentados antes do advento da EC nº 41/2003, a equivalência integral de proventos – *tempus regit actum*.

6. Parecer pelo desprovimento do recurso” (fls. 210/211).

É o relatório.

21/08/2014

PLENÁRIO

## RECURSO EXTRAORDINÁRIO 596.962 MATO GROSSO

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Com a edição da Lei Complementar nº 159/04, do Estado do Mato Grosso, foi instituída a verba denominada **“incentivo de aprimoramento à docência”**, no valor de 12%, a ser concedida a **todos** os titulares de cargo de professor que efetivamente estivessem no exercício da docência na rede pública estadual de ensino.

A recorrida, na condição de professora aposentada, conforme decisão publicada em 23 de maio de 1994 (fl. 65), portanto, antes da EC nº 41/2003, entendendo que essa gratificação, dado seu caráter geral, devia ser estendida aos inativos, postulou seu recebimento, o qual logrou obter com o acórdão proferido no Tribunal de origem.

Já o recorrente, na defesa da posição contrária a essa extensão, argumentou tratar-se de verba de caráter indenizatório, a qual não seria indistintamente paga a todos os professores da rede pública daquele Estado, senão àqueles que estivessem no efetivo exercício da docência, i. e., em salas de aula.

Consiste, portanto, a controvérsia em debate nestes autos, em determinar-se a natureza jurídica da referida gratificação e sua eventual extensão aos inativos, em nome da necessária igualdade de tratamento entre servidores em atividade e aposentados.

Para tanto, é mister analisar-se a natureza jurídica dessa gratificação, em cotejo com a legislação pertinente.

O fato de a lei complementar do Estado do Mato Grosso ter aludido a essa gratificação como **“verba de caráter indenizatório”**, por si só não impede, de pronto, sua extensão aos aposentados, pois, muito embora as verbas dotadas desse caráter não sejam, em regra, extensíveis aos inativos, o certo é que a simples nomenclatura não define sua natureza jurídica, para o que se faz necessário analisar sua efetiva destinação.

O Tribunal de origem acolheu a pretensão deduzida pela recorrida

**RE 596962 / MT**

ao argumento de que a aludida verba fora instituída de forma linear, pois, para seu recebimento, bastaria o simples exercício da atividade.

Por isso, entendeu aquela Corte que, em respeito ao princípio do tratamento igualitário que deve ser dispensado aos servidores da ativa e aos inativos, devia o pagamento da verba ser estendido à recorrida, já aposentada.

Essa decisão encontra-se correta e deve ser mantida.

A regra constitucional que disciplina o tema e que já estava em vigor à época da edição da referida lei apenas dispõe que “é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei” (art. 40, § 8º, da Constituição Federal).

Assim, deve ser reconhecida a necessária e automática extensão aos inativos de gratificações de caráter geral concedidas ao pessoal da ativa, notadamente quando essas não estão efetivamente vinculadas ao exercício direto de uma determinada atividade, ou seja, quando não são dotadas de caráter **pro labore faciendo**.

Ressalte-se que a jurisprudência desta Suprema Corte já dispunha dessa maneira mesmo antes da alteração constitucional que redundou na atual redação do aludido dispositivo constitucional. Cito, para exemplificar, o seguinte precedente:

“(…) Somente as gratificações ou vantagens concedidas aos servidores da ativa, com características de generalidade e impessoalidade, é que se estendem aos inativos. III. - Precedentes do STF: ADI 778/DF; RE 223.881, 217.110/SP, 219.329/SP, 289.680/SP, 265.949/SP e 224.279; e AI 324.773/SP (‘D.J.’ de 19.12.94, 13.8.99, 02.02.2001, 03.02.98, 11.10.2001, 05.8.2002, 09.10.2003, 24.10.2001, respectivamente). IV. - Agravo não provido” (RE nº 404.278/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ de 8/4/05).

Já sob a égide da vigente disposição constitucional acerca do tema, foi proferida decisão, nos autos do RE nº 385.016/PR-AgR, relatado pelo



**RE 596962 / MT**

Ministro **Marco Aurélio**, em que se assentou verdadeiro parâmetro a ser observado em casos semelhantes a este relativamente à extensão de determinada gratificação a servidores inativos. **Vide:**

“APOSENTADOS - EXTENSÃO DE BENEFÍCIO - ARTIGO 40, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A pedra de toque da incidência do preceito é saber se em atividade os aposentados lograriam o benefício” (Primeira Turma, DJe de 30/11/07).

Verifica-se, portanto, que, segundo a jurisprudência desta Corte acerca do tema, as gratificações dotadas de caráter geral devem ser estendidas aos inativos, entendidas essas como aquelas concedidas a todos os servidores em atividade, independentemente da função exercida, e que não se destinam a remunerar ou indenizar o servidor em razão do exercício de uma função específica ou extraordinária.

No caso presente, o que se tem é uma gratificação que é devida apenas em razão do exercício do cargo de professor da rede pública estadual de ensino. Destarte, é forçoso reconhecer que se cuida de verba de caráter geral, porque concedida, indistintamente, a todos os professores em atividade, pela simples razão de se encontrarem no exercício da função, como assentou o tribunal de origem. **Vide** trecho da decisão objurgada, o qual confirma a natureza jurídica da verba em comento:

“Com efeito, no caso concreto, vislumbra-se que essa verba foi instituída de forma linear, já que para seu recebimento não há um **sine qua non**, e[,] sim, o simples exercício da atividade” (fl. 127).

O Supremo Tribunal assim tem decidido sobre a natureza de gratificação semelhante instituída no Estado de São Paulo por meio da Lei Complementar paulista nº 874/2000, que criou a gratificação por trabalho educacional (GTE) para servidores em efetivo exercício na Secretaria de

**RE 596962 / MT**

Educação daquele Estado.

Nesse sentido, apenas para ilustrar, cito as ementas dos seguintes precedentes de ambas as Turmas desta Corte:

“AGRAVO REGIMENTAL. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO EDUCACIONAL – GTE. LEI COMPLEMENTAR PAULISTA 874/2000. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A SERVIDORES INATIVOS. A decisão agravada está em perfeita harmonia com o entendimento firmado neste Tribunal, no sentido de que a gratificação em exame, por ter caráter genérico, deve ser estendida aos servidores inativos. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI nº 478.909/SP-AgR, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, Segunda Turma, DJe de 8/10/10).

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO EDUCACIONAL – GTE. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS. AGRAVO IMPROVIDO. I - Nos termos da jurisprudência do STF, a Gratificação por Trabalho Educacional - GTE possui caráter geral e, por isso, deve ser estendida aos inativos, consoante o art. 40, § 8º (redação da EC 20/1998), da Constituição Federal. II - Agravo regimental improvido” (RE nº 581.571/SP-AgR, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, Primeira Turma, DJe de 24/9/10).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO EDUCACIONAL – GTE.. LEI COMPLEMENTAR N. 874/2000: CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (RE nº 543.882/SP-AgR, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, Primeira Turma, DJe de 1º/7/09).

**RE 596962 / MT**

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO EDUCACIONAL – GTE. CARÁTER GERAL. INATIVOS. EXTENSÃO. ARTIGO 40, § 8º, DA CB/88. 1. A Gratificação por Trabalho Educacional possui caráter geral, devendo ser estendida aos inativos, com fundamento no artigo 40, § 8º, da Constituição do Brasil. 2. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 463.022/SP-AgR, Relator o Ministro Eros Grau, Segunda Turma, DJe de 29/6/07).

O cotejo do dispositivo legal constante da lei paulista com o dispositivo análogo mato-grossense, em análise nestes autos, impõe que se conclua que idêntica solução deve ser adotada no presente caso, visto que a lei paulista igualmente dispõe que a referida gratificação é devida aos servidores do quadro do magistério em efetivo exercício na Secretaria da Educação.

Constata-se, portanto, sem maiores dificuldades, a absoluta similitude entre as gratificações instituídas por esses entes da federação, a fazer com que ao caso da professora inativa do Estado do Mato Grosso seja aplicada solução idêntica àquela adotada pelo Supremo Tribunal Federal no caso dos docentes paulistas.

O Plenário desta Corte, no RE nº 590.260-9/SP, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, julgado em 26/6/09, no qual também se reconheceu a repercussão geral, decidiu que, sendo o exercício da atividade o único requisito para o recebimento da gratificação (“Gratificação por Atividade de Magistério”), tinha aquele benefício natureza genérica, o que devia ensejar a extensão da vantagem aos professores inativos, conforme garantido pelo art. 40, § 8º, da Constituição Federal. **Vide** a respectiva ementa, a qual também descreve os demais requisitos objetivos para o reconhecimento do direito do servidor inativo e do pensionista à extensão:

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

**RE 596962 / MT**

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR 977/2005, DO ESTADO DE SÃO PAULO. DIREITO INTERTEMPORAL. PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DA EC 41/2003 E SE APOSENTARAM APÓS A REFERIDA EMENDA. POSSIBILIDADE. ARTS. 6º E 7º DA EC 41/2003, E ARTS. 2º E 3º DA EC 47/2005. REGRAS DE TRANSIÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I – Estende-se aos servidores inativos a gratificação extensiva, em caráter genérico, a todos os servidores em atividade, independentemente da natureza da função exercida ou do local onde o serviço é prestado (art. 40, § 8º, da Constituição).

II – Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005.

III – Recurso extraordinário parcialmente provido” (DJe de 23/10/09).

Correta, pois, a decisão regional ao reconhecer que a recorrida possuía direito líquido e certo de ver incorporada a seus proventos de aposentada a referida verba, visto que a concessão da aposentadoria se deu antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 41/2003. Assim, o presente recurso deve ser rejeitado, como bem sustentado nas contrarrazões e nos judiciosos argumentos apresentados no respeitável parecer da douta Procuradoria-Geral da República, da lavra do então Subprocurador-Geral da República Dr. **Rodrigo Janot Monteiro de Barros**.

Por derradeiro, essencial se mostra, nesta altura do julgamento, que

**RE 596962 / MT**

sejam fixadas as teses do julgado, em sede de repercussão geral, para que gerem efeitos **erga omnes** e para que os objetivos da tutela jurisdicional especial alcancem de forma eficiente os seus resultados jurídicos, nos seguintes termos: **i)** as vantagens remuneratórias legítimas e de caráter geral conferidas a determinada categoria, carreira ou, indistintamente, a servidores públicos, por serem vantagens genéricas, são extensíveis aos servidores inativos e pensionistas; **ii)** nesses casos, a extensão alcança os servidores que tenham ingressado no serviço público antes da publicação das Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003 e se aposentado ou adquirido o direito à aposentadoria antes da EC nº 41/2003; **iii)** com relação àqueles servidores que se aposentaram após a EC nº 41/2003, devem ser observados os requisitos estabelecidos na regra de transição contida no seu art. 7º, em virtude da extinção da paridade integral entre ativos e inativos contida no art. 40, § 8º, da CF para os servidores que ingressaram no serviço público após a publicação da referida emenda; **iv)** por fim, com relação aos servidores que ingressaram no serviço público antes da EC nº 41/2003 e se aposentaram ou adquiriram o direito à aposentadoria após a sua edição, é necessário observar a incidência das regras de transição fixadas pela EC nº 47/2005, a qual estabeleceu efeitos retroativos à data de vigência da EC nº 41/2003, conforme decidido nos autos do RE nº 590.260/SP, Plenário, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, julgado em 24/6/09.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do recurso extraordinário e pela fixação das teses acima expressas.

**21/08/2014**

**PLENÁRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 596.962 MATO GROSSO**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO** - Senhor Presidente, eu estou de pleno acordo com as teses, inclusive, do Ministro Toffoli.

Eu teria uma pequena sugestão de redação, que não interfere em nada no conteúdo, que é a seguinte: no item 2, Sua Excelência afirma: nesses casos, a extensão alcança os servidores que tenham ingressado no serviço público antes da publicação das Emendas nºs 20 e 41 e se aposentado antes da emenda. A minha sugestão é a de fazer uma pequena alteração para dizer: e adquirido o direito à aposentadoria.

Em vez de aposentado, colocar "e adquirido o direito à aposentadoria", porque nós reconhecemos que essa situação caracteriza isso.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Aposentado ou adquirido o direito à aposentadoria.

Fica bem assim?

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO** - Está bem assim.

Vale a mesma observação para o item 4, Ministro Toffoli, onde está: ingressaram no serviço público antes da Emenda 41 e se aposentaram ou adquiriram o direito à aposentadoria após a sua edição. É a mesma lógica.

**21/08/2014****PLENÁRIO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 596.962 MATO GROSSO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, continuo entendendo que o processo é estritamente subjetivo. Então, há uma relação subjetiva, revelada pelas partes envolvidas, e balizas objetivas. Observo a máxima segundo a qual cada dificuldade tem o seu dia.

Limito-me a enfrentar a situação da recorrida, no que teria se aposentado ainda sob a proteção do artigo 40, § 8º, na redação primitiva, ou seja, considerado preceito que estendia aos inativos todos os benefícios outorgados ao pessoal da ativa. Limito-me a julgar o caso e a desprover o recurso da União.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

O Ministro **Marco Aurélio** está sendo coerente com a posição que tem tomado em vários casos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não fixo diretrizes para casos diversos, mesmo porque o Supremo atua mediante provocação. E a provocação que está estampada no processo tem limites, presentes as razões do recurso do Estado do Mato Grosso e o que decidido na origem. Sabemos que não é dado julgar matéria, pela vez primeira, em sede extraordinária, muito menos para fugir às balizas intransponíveis da própria causa, da própria lide.

Por isso, limito-me a desprover o recurso, sem fixar diretrizes que possam nortear pronunciamentos de órgãos diversos do Judiciário. Observo o devido processo legal na sua inteireza.

21/08/2014

PLENÁRIO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 596.962 MATO GROSSO**

**CONFIRMAÇÃO DE VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Senhor Presidente, como Relator, eu cumprimento e louvo sempre a coerência do Ministro **Marco Aurélio**, que se posiciona dessa forma em feitos de repercussão geral, também quando se trata de modulação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Em síntese, recuso-me, Presidente – pode ser um ponto de vista equivocado –, a atuar como consultor.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Mas eu penso que, como uma Corte constitucional - e com os instrumentos que a Emenda Constitucional nº 45 nos trouxe -, nós temos que fazer esse balizamento, dando maior eficiência, mais eficácia à prestação jurisdicional.

Portanto, pedindo vênias ao Ministro **Marco Aurélio**, eu mantenho meu voto no sentido de estabelecer essas diretrizes, que são fundadas na jurisprudência.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE)** - E a impressão que tenho é que Vossa Excelência não criou nada de novo, extraiu do seu voto as consequências que acaba de explicitar, e que servirão, em sendo uma repercussão geral, de balizas para as Cortes brasileiras.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Para não ficarem os fundamentos ao longo do voto e, depois, em razão da repercussão geral, não se saber o que pinçar. Então, explicito as diretrizes de maneira objetiva, acatando a sugestão do Ministro **Roberto Barroso**.





**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 596.962**

PROCED. : MATO GROSSO

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

RECTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

RECDO.(A/S) : CÉLIA MARIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

ADV.(A/S) : BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao recurso. Vencido o Ministro Marco Aurélio no que diz respeito à fixação de diretrizes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia, e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 21.08.2014.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte  
Assessora-Chefe do Plenário